

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – AGOSTO 2024

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	3
ISS.....	4
JURISPRUDÊNCIA	4
IPI	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	8
JURISPRUDÊNCIA	8
DIVERSOS	10
LEGISLAÇÃO	10
JURISPRUDÊNCIA	10

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. BA - PROGRAMA DE PAGAMENTO E DE PARCELAMENTO INCENTIVADO DE DÉBITOS FISCAIS (“REFIS 2024”)
 - **Lei nº 14.761, de 07 de agosto de 2024 (DOE-BA 08.08.24)**
2. GO - INCLUSÃO DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (TUST) E DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (TUSD) NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS – ESCLARECIMENTOS
 - **Nota Informativa nº 03, de 23 de agosto de 2024 (DOE-GO 23.08.24)**
3. MS – PROGRAMA ESPECIAL PARA PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELACIONADOS AO ICMS
 - **Lei nº 6.288, de 01 de agosto de 2024 (DOE-MS 02.08.24)**
4. RS – RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA – REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA FUNDOPEM RECUPERA
 - **Decreto nº 54.774, de 29 de agosto de 2024 (DOE-RS 30.08.24)**
5. SC – PRESTAÇÕES RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO – EMISSÃO DA NOTA FISCAL FATURA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (NFCOM) – OBRIGATORIEDADE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2025 (AJUSTE SINIEF nº 49/23) – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ATO DIAT nº 44/2023
 - **Ato DIAT nº 46, de 27 de agosto de 2024 (DOE-SC 30.08.24)**
6. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS DE PAPELARIA – PERCENTUAL DE IVA APLICÁVEL AO PAPEL CORTADO “CUTSIZE” (TIPO A3, A4, OFÍCIO I E II, CARTA E OUTROS) – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA SRE nº 29/2024
 - **Portaria SRE nº 64, de 28 de agosto de 2024 (DOE-SP 29.08.24)**
7. DANFE SIMPLIFICADO ETIQUETA – NOTA TÉCNICA – SUPRESSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A NF-E
 - **Publicação da Nota Técnica 2020.004 Versão 1.10**
8. NF-E – CAMPOS E REGRAS PARA INFORMAÇÃO DO IMPOSTO DE BENS E SERVIÇOS (IBS), CONTRIBUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (CBS) E IMPOSTO SELETIVO (IS)
 - **Publicação da Nota Técnica 2024.002 Versão 1.00**

JURISPRUDÊNCIA

- 9. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA “PARA FRENTE” – BASE DE CÁLCULO EFETIVA DA OPERAÇÃO INFERIOR À BASE DE CÁLCULO PRESUMIDA – DISPENSA DE COMPROVAÇÃO PARA RESTITUIÇÃO DA DIFERENÇA DO ICMS PAGO A MAIS – AFASTAMENTO DO ART. 166 DO CTN**
- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
- 10.SP - TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR – OBRIGATORIEDADE DA TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS DO ICMS MESMO APÓS A DERRUBADA DO VETO PRESIDENCIAL AO §5º DO ARTIGO 12 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 87/1996**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 30041, de 14 de agosto de 2024 (DE-SP 16.08.24)**
- 11.SP – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS – CORREÇÃO DE ERRO IDENTIFICADO NA NF-E – ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO AJUSTE SINIEF Nº 13/2024 – POSSIBILIDADE**
- **Resposta à Consulta Tributária nº 30203, de 27 de agosto de 2024 (DE-SP 28.08.24)**

ISS

JURISPRUDÊNCIA

1. LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS – LOCAL DE RECOLHIMENTO DO ISS –
MUNICÍPIO DE COLETA DO MATERIAL BIOLÓGICO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. ESTABELECIMENTO EQUIPARADO A INDUSTRIAL – IMPOSSIBILIDADE DO APROVEITAMENTO DO BENEFÍCIO DE SUSPENSÃO DO IPI NA SAÍDA DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAIS DE EMBALAGEM (ART. 29 DA LEI Nº 10.637/2002)
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. PERT – INCIDÊNCIA SOBRE OS DESCONTOS OBTIDOS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
2. IRPF – TRANSFERÊNCIA, AOS HERDEIROS, DE QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO FECHADO – ADOÇÃO DO VALOR DECLARADO PELO FALECIDO – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. EXIGÊNCIA CONCOMITANTE DE MULTA ISOLADA PELA FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS E MULTA DE OFÍCIO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
4. IRPF – RECLASSIFICAÇÃO PELA FISCALIZAÇÃO – COMPENSAÇÃO DOS TRIBUTOS RECOLHIDOS PELA PESSOA JURÍDICA DO VALOR DEVIDO PELA PESSOA FÍSICA – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – PERDAS NÃO TÉCNICAS - DEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. VARIAÇÃO CAMBIAL – INVESTIMENTO AVALIADO PELO MEP NO EXTERIOR – ALIENAÇÃO DO INVESTIMENTO – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXCLUSÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA – CONCESSÃO DE DESCONTO - INAPLICABILIDADE DO REGIME DE PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. INCORPORAÇÃO DE CONTROLADA DIRETA POR CONTROLADA INDIRETA – GANHO VERIFICADO PELA TROCA DE AÇÕES – NATUREZA DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL – NÃO TRIBUTAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS – PERÍODO DE DEDUÇÃO – PRAZOS LEGAIS DEVEM SER CONSIDERADOS COMO MÍNIMOS – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO EM PERÍODO POSTERIOR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. RETENÇÃO NA FONTE – REMESSAS AO EXTERIOR PARA COBRIR DESPESAS COM A PARTICIPAÇÃO EM EXPOSIÇÃO, FEIRAS E SEMELHANTES – EQUIVALÊNCIA A DESPESAS COM PROMOÇÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E DESTINOS TURÍSTICOS BRASILEIROS – ALÍQUOTA ZERO

- **Solução de Consulta nº 247, de 27 de agosto de 2024 (DOU 29.08.24)**

11. PAT - ALTERAÇÃO SOBRE OS LIMITES DO INCENTIVO (DECRETO Nº 10.854/2021) – NÃO SE SUBMETE AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

- **Solução de Consulta nº 233, de 1º de agosto de 2024 (DOU 07.08.24)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. SELIC NA REPETIÇÃO DO INDÉBITO, NÃO INCIDÊNCIA – INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. CPRB NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES – AFETAÇÃO AO RITO DE RECURSOS REPETITIVOS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. PARQUES TEMÁTICOS – INTEGRALIDADE DAS RECEITAS SUBMETEM-SE AO REGIME CUMULATIVO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
4. PERT – INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE OS DESCONTOS OBTIDOS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS, VIA AUMENTO DE CAPITAL, PARA APLICAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO – CONTROLADA NO REGIME DA CUMULATIVIDADE – AUSÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – SEGREGAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAL E COMERCIAL – REGIME MONOFÁSICO – APLICAÇÃO DE MULTA QUALIFICADA DE 100%
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – GASTOS COM ASSESSORIA ADUANEIRA E LOGÍSTICA – COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. CCEE – MERCADO DE CURTO PRAZO – DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA CUMPRIMENTO DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Solução de Consulta nº 244, de 20 de agosto de 2024 (DOU 22.08.24)**
9. RECEITAS DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA NÃO RESIDENTE – REPRESENTAÇÃO POR RESIDENTE NO BRASIL – PAGAMENTO REALIZADO PELO REPRESENTANTE – ISENÇÃO CARACTERIZADA APENAS NA HIPÓTESE DE PAGAMENTOS REALIZADOS NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO BCB nº 227/2002

- **Solução de Consulta nº 212, de 16 de julho de 2024 (DOU 07.08.24)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. SP – APROVAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO
 - **Decreto nº 63.698, de 27 de agosto de 2024 (DOM-SP 28.08.24)**

2. CARF – REGULAMENTAÇÃO DO JULGAMENTO VIRTUAL
 - **Portaria CARF nº 1.239 de 02 de agosto de 2024 (DOU 05.08.24)**
 - **Portaria CARF nº 1.240 de 02 de agosto de 2024 (DOU 05.08.24)**

3. REGULAMENTAÇÃO DA AUTORREGULARIZAÇÃO INCENTIVADA PARA CONTRIBUINTES QUE USUFRUÍRAM INDEVIDAMENTE DE BENEFÍCIO FISCAL
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.210 de 15 de agosto de 2024 (DOU 16.08.24)**

4. CANCELAMENTO DE MULTAS E REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS EM JULGAMENTOS DO CARF REALIZADOS PELO VOTO DE QUALIDADE – ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 2.205/2024
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.211 de 19 de agosto de 2024 (DOU 22.08.24)**

5. AUTORREGULARIZAÇÃO INCENTIVADA – EMPRESAS QUE SE BENEFICIARAM DO PERSE
 - **Instrução Normativa nº 2.210, de 15 de agosto de 2024 (DOU 16.08.24)**

6. PROGRAMA DE TRANSAÇÃO INTEGRAL (PTI) – INSTITUIÇÃO
 - **Portaria Normativa MF nº 1.383 de 29 de agosto de 2024 (DOU 30.08.24)**

JURISPRUDÊNCIA

7. DECLARAÇÃO AO REGIME ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAM E TRIBUTÁRIA – RETIFICAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

8. RETENÇÃO INDEVIDA DE IMPORTAÇÕES – CONDENAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL EM PERDAS E DANOS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

9. EXECUÇÕES FISCAIS – COMPETÊNCIA DO LOCAL DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO OU DOMICÍLIO DO CONTRIBUINTE, DESDE QUE RESPEITADOS OS LIMITES DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO OU ESTADO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

10. MANDADO DE SEGURANÇA – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COM O OBJETIVO DE VER RECONHECIDO O DIREITO À RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA OU POR PRECATÓRIO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

11. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAL - INCIDÊNCIA SOBRE AS RETENÇÕES REALIZADAS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

12. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – APLICABILIDADE EM RELAÇÃO ÀS INFRAÇÕES ADUANEIRAS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

13. ITCMD – DOAÇÃO DE COTAS DE SOCIEDADE FECHADA – UTILIZAÇÃO DO VALOR PATRIMONIAL COMO BASE DE CÁLCULO AINDA QUE INFERIOR AO CAPITAL SOCIAL – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo**

14. CIDE – REMESSA DE ROYALTIES A TÍTULO DE DIREITOS AUTORAIS - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – DIRETORES NÃO EMPREGADOS - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. PLR – ASSINATURA DO PLANO PELO SINDICATO – LIMITAÇÃO À BASE TERRITORIAL – IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO A OUTRAS LOCALIDADES EM QUE A EMPREGADORA ATUE – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – GASTOS COM CAPATAZIA – INCLUSÃO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXTERIOR – EXCLUSÃO DAS DESPESAS EM TERRITÓRIO NACIONAL SE DESTACADAS DO CUSTO DO TRANSPORTES
 - **Solução de Consulta nº 241, de 14 de agosto de 2024 (DOU 22.08.24)**

18. PERSE – POSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO – PARÂMETROS TEMPORAIS DE APLICAÇÃO DOS ANEXOS I E II DA PORTARIA ME nº 7.163/2021 E DA PORTARIA ME nº 11.266/22, BEM COMO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 14.592/2023

- **Solução de Consulta nº 245, de 20 de agosto de 2024 (DOU 22.08.24)**

19. PERSE – ELEGIBILIDADE – NECESSIDADE DE REGISTRO NO CNPJ DO CNAE DE UM DOS ANEXOS DA PORTARIA ME Nº 7.163/21 EM 18 DE MARÇO DE 2022

- **Solução de Consulta nº 246, de 20 de agosto de 2024 (DOU 22.08.24)**

20. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – PARTES E PEÇAS SOBRESSALENTES JUNTAMENTE COM A MÁQUINA A QUE SE DESTINAM – CLASSIFICAÇÃO FISCAL INDIVIDUALIZADA

- **Solução de Consulta nº 243, de 19 de agosto de 2024 (DOU 29.08.24)**